

**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## Prostituição no espaço urbano de Belo Horizonte e a prostituta enquanto sujeita política: do higienismo da moralidade aos movimentos de (r)existência<sup>1</sup>

Rogério Lucas Gonçalves Passos<sup>2</sup>

### Sessão Temática 8: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo

Nas ruas pelas surdinas é onde faz o seu salário  
Aluga o corpo a pobre, rico, endividado, milionário  
Não tem Deus  
Nem pátria amada  
Nem marido  
Nem patrão  
O medo aqui não faz parte do seu vil vocabulário  
Ela é tão singular  
Só se contenta com plurais  
Ela não quer pau  
Ela que paz  
(Linn da Quebrada, 2017)

*Resumo. Este trabalho tem como objetivo discutir sobre a ocupação dos espaços públicos de Belo Horizonte pelas prostitutas, dialogando sobre os impactos decorrentes das propostas de planejamento urbano sobre esse grupo e os movimentos de resistência existentes. Para isso, realizaremos uma contextualização histórica sobre a existência da prostituição na cidade, a qual esteve presente desde sua inauguração. Abordaremos propostas de planejamento urbano relacionadas à Copa do Mundo, as quais tentaram expulsar essas mulheres dos espaços da cidade, resultando em movimentos de resistência muito próprios desse grupo. A partir do estudo, podemos perceber que os movimentos de resistência e de ocupação dos espaços públicos da cidade pelas prostitutas surgem como uma forma de contrapor aos possíveis processos de higienização e gentrificação dos seus locais de trabalho, bem como pela disputa por modos de existir e de viver no espaço urbano.*

*Palavras-chave. Prostitutas; movimento de prostitutas; policiamento moral; Belo Horizonte; espaço público.*

### Prostitution in the urban space of Belo Horizonte and the prostitute as a political subject: from the hygienism of morality to the movements of (r)existence

*Abstract. This work aims to discuss the occupation of public spaces in Belo Horizonte by prostitutes, discussing the impacts resulting from the urban planning proposals on this group and the existing resistance movements. For this, we will carry out a historical contextualization of the existence of prostitution in the city, which was present since its inauguration. We will approach urban planning proposals related to the World Cup, which tried to expel these women from the spaces of the city, resulting in resistance movements very specific to this group. Based on the study, we can see that the resistance movements and the occupation of public spaces in the city by prostitutes emerge as a way of resisting the possible processes of cleaning and gentrification of their workplaces, as well as the dispute for ways of existing and to live in urban space.*

*Keywords: Prostitutes, prostitute movements; moral police; Belo Horizonte; public place.*

### La prostitución en el espacio urbano de Belo Horizonte y la prostituta como sujeto político: del higienismo de la moralidad a los movimientos de (r)existencia

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Urbanista e Arquiteto, Mestre em Geografia e Doutorando na linha de pesquisa de Planejamento e Dinâmicas Socioterritoriais do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU) da Escola de Arquitetura da UFMG.

---

**Resumen.** Este trabajo tiene como objetivo discutir la ocupación de espacios públicos en Belo Horizonte por parte de prostitutas, dialogando acerca de los impactos resultantes de las propuestas de planificación urbana sobre este grupo y los movimientos de resistencia existentes. Para ello, realizaremos una contextualización histórica sobre la existencia de la prostitución en la ciudad, la cual estuvo presente desde su inauguración. Abordaremos propuestas urbanísticas relacionadas con la Copa del Mundo que intentaron expulsar a estas mujeres de los espacios de la ciudad, lo que derivó en movimientos de resistencia muy específicos de este colectivo. Del estudio se desprende que los movimientos de resistencia y ocupación de los espacios públicos de la ciudad por parte de las prostitutas emergen como una forma de resistir a los posibles procesos de limpieza y gentrificación de sus lugares de trabajo, así como a la disputa por las formas de existir y de vivir en el espacio urbano.

*Palabras clave:* Prostitutas; movimientos de prostitutas; policía moral; Belo Horizonte; espacio público.

## Introdução

A relação entre a prostituição e as cidades é constantemente marcada por contradições. As prostitutas<sup>3</sup> costumam ocupar áreas centrais que, apesar do intenso trânsito de pessoas, costumam ser desvalorizadas em termos econômicos, devido ao processo de degradação, e vistas como perigosas, sujas e caóticas. Assim, embora as prostitutas contribuam para dar vida a esses espaços, eles são vistos como um importante foco nos “discursos de revitalização urbana”.

No Brasil do final do século XIX e início do século XX, a prostituição e a exploração de prostitutas eram fortemente condenadas. De maneira contraditória, havia certa tolerância em relação à frequência dos homens nos cabarés. Isso porque a sexualidade masculina era vista como uma necessidade que precisava ser satisfeita (ao contrário da feminina). Outro discurso que explicava e justificava a prostituição era atribuído às desigualdades sociais, mas também a certo descontrole moral produzido nos ambientes das grandes cidades. No primeiro caso, a ênfase era no desemprego e na pobreza como causas da prostituição e, no segundo, na perda de referências morais tradicionais que a cidade, com seu anonimato e heterogeneidade, produzia. Nesse segundo discurso, a cidade foi representada como o lugar do vício e da perdição (SCHORSKE, 1989).

De acordo com Mendonça (2014), as mulheres que ocupavam os espaços da rua e apresentavam desvio no comportamento, desenvolvendo práticas diferentes do que era considerado apropriado para o grupo, por vezes eram vistas como prostitutas e como moralmente desviantes. Em paralelo, Rago (2014) explica sobre a relevância que houve na definição da mulher enquanto sujeito, atribuindo a ela características como cuidadosa, afetiva e assexuada, redefinindo assim o conceito de família. A partir dessas características, foi estabelecido um estereótipo de mulher meiga, submissa e do lar, totalmente o oposto das prostitutas, as quais eram consideradas incontroláveis e mundanas. Assim, houve a definição de um modelo ideal do sujeito feminino, definindo como desviantes todos que fugissem da norma estabelecida, dentre as quais encontramos as prostitutas.

Apesar da prostituição nunca ter sido proibida legalmente no Brasil, sendo considerado lícito a qualquer pessoa maior de idade “comercializar” o próprio corpo (SANTOS; SONTAG, 2021), a polícia e o Estado agiam como legisladores sobre a questão, impondo regras, códigos de conduta e de circulação no espaço público, além de estabelecerem o registro, fichamento e até mesmo a prisão de prostitutas. O Código Penal de 1890 tratava o lenocínio<sup>4</sup> como crime passível de detenção. Já a prostituição poderia ser enquadrada como ultraje público ao pudor, o qual era

---

<sup>3</sup> Para este trabalho, optamos preferencialmente pelo termo prostituta. Ressaltamos, contudo, que são diversas as denominações utilizadas para se referir a esse grupo, das quais temos: garota de programa, messalina, meretriz, mulher da vida, mulher perdida, quenga, rodada, devassa, profissional do sexo, mulher de vida fácil, prima, rapariga, vadia, rameira, biscate, mulher de isca, trabalhadora sexual e puta (MACEDO *et al.*, 2018). Desse modo, algumas dessas outras terminologias poderão aparecer ao longo do trabalho a depender da fonte e/ou contexto utilizado, não alterando, contudo, seu significado.

<sup>4</sup> O lenocínio trata de toda ação que visa facilitar ou promover a prática da prostituição de pessoas ou ainda dela tirar proveito.

caracterizado como ato de “ofender os bons costumes com exhibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios do pudor, praticados em lugar público ou frequentado pelo público, e que, sem ofensa à honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalizam a sociedade” (BRASIL, 1890) (grafia revisada), também com possibilidade prisão. O Código Penal de 1932 manteve o lenocínio e o ultraje público ao pudor como crimes, aumentando ainda o período de detenção para o primeiro. Engel (1989) destaca que esse Código Penal trazia ainda como obrigação a assinatura de “Termo de bem viver”<sup>5</sup> por prostitutas, vadios e bêbados .

A partir desse amparo legal, a polícia utilizava de medidas coercitivas para retirar dos espaços públicos qualquer tipo de “prática de atos ofensivos à moral”, “promoção de desordens e escândalos” ou “realização de atos que transgrediam o regulamento da polícia”. Assim, de forma prática, a polícia traduzia um discurso numa política, na qual visava a substituição do público que frequentava, habitava e utilizava os espaços públicos das regiões da cidade – como prostitutas, mendigos, vendedores ambulantes – por outros sujeitos tidos como desejados de serem vistos. Analisando especificamente o caso da prostituição feminina em Belo Horizonte, é possível perceber o que Pereira (2019a) chamou de um projeto policial de educação moral de intervenção das relações modernas de gênero.

Para discutir sobre a temática, dividimos esse trabalho em três capítulos. No primeiro, falaremos sobre a prostituição em Belo Horizonte, desde a fundação da cidade até os dias atuais. No segundo, abordaremos sobre a relação das prostitutas com o planejamento urbano municipal, os conflitos existentes e os processos higienistas, onde as propostas de intervenções para retirada dessas mulheres do espaço urbano estavam baseadas em preceitos morais. Por fim, discutiremos sobre o entendimento das prostitutas enquanto sujeitas políticas, dialogando com os movimentos de resistência, os quais são muito próprios desse grupo.

## 1. A prostituição em Belo Horizonte

A prostituição é uma atividade que esteve presente desde a inauguração da cidade de Belo Horizonte, em 1897. Apesar de sua existência acompanhar o surgimento da Nova Capital de Minas, é possível perceber que não foram pensados espaços para receber essa atividade, como escreve Nava (1969 *apud* ANDRADE, TEIXEIRA, 2004): “neste bairro, pertinho da estação do trem de ferro, instalaram-se as mulheres de isca. Não haviam sido convocadas por Aarão Reis, mas se instalaram” (*grifo nosso*).

É possível perceber que a prostituição era vista como um mal necessário, onde eram adotadas ações de controle da atividade, orientadas pela sociedade e pelos poderes públicos. Assim, a todo momento era possível perceber que a prostituição era condenada, mas também tolerada.

O crescimento e a ocupação de Belo Horizonte foram relativamente controlados, devido ao planejamento da cidade. A partir dos princípios higienistas que foram estabelecidos e que orientaram as reformas da cidade, a Nova Capital tentou manter a prostituição sob o controle do

---

<sup>5</sup> Os Termos do bem viver era um documento que deveria ser assinado por pessoas acusadas de “ação que perturbasse a tranquilidade pública”, estando relacionada à conduta social. Desse modo, sujeitos que apresentavam certas condutas, consideradas fora dos padrões definidos como adequado pelas autoridades, eram levados à delegacia e obrigados a assinar o documento. Dentre as condutas consideradas impróprias podemos citar: vadiagem, embriaguez, prostituição, mendicância, desordem, dentre outros. Este mecanismo era, segundo as autoridades, uma forma de prevenção do crime, uma vez que o sujeito considerado infrator, não ficava preso de imediato. Assim, a pessoa que assinava o termo não era qualificada como criminosa, mas poderia ser processada criminalmente na hipótese de desvio da conduta ali prescrita (DINIZ, 2012). As pesquisas de Martins apontaram ainda registros de grupos vulneráveis, classificados pelo autor como “sem condições de defesa diante da lei ou, ainda, de exigir algum outro direito que não o de permanecer vivo” (MARTINS, 2003, p. 12-13) nesses documentos, a exemplo de recém egresso da escravidão, imigrantes, degredados, analfabetos, migrantes interno e expropriados rurais.

“cabaré higienizado”. Assim, o principal lugar da prostituição até a década de 1930 é o cabaré, que reúne várias prostitutas sob o controle de uma cafetina<sup>6</sup> ou cafetão.

Assim, a principal prática de controle utilizada era a concentração das prostitutas em bordéis ou cabarés de uma determinada região da cidade, o que facilitava a vigilância policial e sanitária, além de tirá-las das ruas. A região que agrupava as atividades de prostituição era comumente chamada de zona. Em Belo Horizonte, a zona localizava-se na parte mais baixa da cidade<sup>7</sup>. Andrade e Teixeira (2004) explicam que, na região do “quadrilátero da zona”<sup>8</sup>, os cabarés tiveram seu apogeu até as primeiras décadas do século XX. A instituição de uma área específica para a prostituição, considerada a principal zona da cidade, facilitou o controle da atividade. Entretanto, essa mesma área sofria, ainda que indiretamente, com as propostas que visavam sua eliminação e extinção.

Apesar de nem sempre a zona comportar toda a prostituição da cidade, esse era o lugar mais conhecido e de maior concentração da atividade. Até a década de 1970, era possível encontrar outras casas de prostituição em bairros vizinhos à zona ou até mesmo em locais distantes e isolados. Contudo, os casos eram raros, sendo essa região a de maior concentração na cidade, a qual poderíamos denominar, retomando Park, de uma “região moral” (PARK, 1967).

De acordo com o autor, “região moral” não deve ser entendida como um lugar ou uma sociedade que é necessariamente criminosa ou anormal. A expressão foi proposta para se aplicar às regiões onde prevalecia um código moral divergente, por ser uma região em que as pessoas que a habitam são dominadas, de maneira que as pessoas normalmente não o são. A partir dessa delimitação, é possível perceber uma tentativa de controle e de uma organização disciplinar dos certos corpos no espaço urbano, a partir de micro relações de poder, como abordado nas teorias foucaultianas (FOUCAULT, 2013; 2019).

Desse modo, Park (1967) aponta que a região dos cabarés era uma “região moral”, onde formas desviantes e marginais de vida eram toleradas e onde se podia ainda observar a mistura de classes que as reformas urbanas do final do século XIX e início do século XX procuraram de todas as formas excluir. É possível perceber que essas exclusões tinham ainda como justificativa a associação da prostituição a desordem e doenças, além do vínculo com questões raciais que evidenciam o pensamento racista presente no discurso da época, como se lê a seguir:

Sob a batuta do Florinécio vimos o fundo do fundo de Belo Horizonte. Ele conhecia bordéis mais vagabundos que o Curral das Éguas espalhados no Calafate, atrás do Doze; na Floresta, nos caminhos do Pipiripau; no Quartel, entre a rua Niquelina e o Raul Soares (...); no Bonfim, sobrepujando o Cemitério; no Carlos Prates, nas veredas da Gameleira, do Matadouro, do Acaba-Mundo, da Lagoa-Seca, da Lagoa-Santa, do Vira-Saia, do Quebra-Bunda. *Eram lugares perigosos cheios de desordeiros, duma negralhada suspeita, de foragidos, de meganhas e de praças. Aparecia uma ou outra mulata gloriosa mas de permanência efêmera (...). Naquelas cloacas, além do perigo para o pêlo, havia o perigo para a saúde pois cada uiara desses antros era um saco cheio de treponemas, gonococos, bacilos do cancro mole, germes do jacaré (linfogranulomatose) fora a arraia miúda dos chatos, da sarna, da muquirana.* (NAVA, 2003, p. 99) (grifos nossos).

Não eram raras as reclamações de moradores do centro da cidade pedindo o afastamento da prostituição e condenando a exposição pública das prostitutas, as quais tiveram um aumento na segunda metade da década de 1910. Em notícia de um jornal da época, é possível ler a seguinte passagem: “fazendo *exibições que não deveriam transpor os umbrais de suas residências*, já

---

<sup>6</sup> A cafetina vivia do trabalho das prostitutas, sobre o qual mantinha estrito controle. Como contrapartida, oferecia proteção e desempenhava o papel de mediadora de conflitos entre as prostitutas e os poderes públicos (delegacias, instituições de controle sanitário) e entre prostitutas e seus clientes. Era comum a cafetina ter de interferir junto a delegados para que as prostitutas de seu cabaré fossem soltas. Os motivos mais comuns das prisões eram as brigas, desordens e uso e comércio de drogas.

<sup>7</sup> Por esse motivo, “descer” significava ir à zona.

<sup>8</sup> Quadrilátero formado pelas ruas Guaicurus, Caetés, São Paulo e Rio de Janeiro, também chamado de “zona de baixo meretrício”, “zona grande” ou, simplesmente, “zona”.

metendo no ridículo a circunvizinhança” (O DIÁRIO *apud* ANDRADE, 1987, p. 35) (*grifo nosso*). No trecho, é possível perceber que há uma condenação pelo fato da prostituição estar sendo transposta ao espaço público, o que supostamente não deveria ocorrer, uma vez que o seu local deve restringir-se ao espaço dos cabarés.

Dessa maneira, percebemos que, apesar de a prostituição não ser considerada crime<sup>9</sup>, ela era tratada como um comportamento que precisava ser objeto de controle e regulamentação pelas autoridades policiais e médicas, com a finalidade de evitar sua disseminação e exposição às “famílias de bem”. Por isso, em 1912, um delegado de polícia recomendou máxima vigilância às “pensões alegres”<sup>10</sup>, para que nesses locais não ocorressem “cenas de deboches, visíveis ao público, gritarias e palavrões incômodos e perturbadores da tranquilidade das famílias” (O DIÁRIO *apud* ANDRADE, 1987, p. 34). Percebemos então, mais uma vez, a necessidade de ocultar a prostituição, eliminando qualquer rastro relacionado a ela do espaço público da cidade.

Em 1927, criou-se a Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos (Delegacia de Costumes)<sup>11</sup>, que passou a exercer um controle a mais sobre as prostitutas. Elas foram proibidas de se postarem nas portas e janelas e de transitarem pelas ruas em “trajes menores”. Nesse ano, foi criado ainda o Serviço de Legitimação das Meretrizes, responsável pelo registro de 733 prostitutas na capital. Esse período foi marcado também pela tentativa de enquadrar os mais diversos comportamentos públicos nas áreas centrais da cidade como desviantes ou proibidos. Além das proibições aplicadas às prostitutas, exigia-se a inscrição de mendigos e vendedores ambulantes em um serviço da Prefeitura e proibia-se a frequência de pessoas ébrias, indigentes ou inconvenientemente trajadas no Parque Municipal<sup>12</sup> e nos bondes da cidade, por exemplo.

De acordo com Pereira (2019a), o aparecimento desse órgão ocorreu a partir de um contexto de especialização da polícia mineira, que criou ainda outras delegacias especializadas, como: a de Vigilância Geral e Capturas; a de Furtos, Roubos e Falsificações; e a de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social. Entretanto, “a inquietação, a problematização e a ação da polícia em relação à prostituição na capital mineira não era novidade” (PEREIRA, 2019a, p. 2).

Desde que a Delegacia de Costumes foi instalada e passou a exercer uma vigilância sobre os jogos, as atividades de magia e a prostituição na capital mineira, a imprensa passou a noticiar constantemente a cruzada de Edgard Franzes de Lima<sup>13</sup> contra os “atos imorais” promovidos por mulheres e homens envolvidos com a prostituição. (PEREIRA, 2019a, p. 10)

Pereira (2019a) demonstra, a partir de uma série de reportagens antigas dos jornais Diário de Minas (DM) e O Estado de Minas (EM), o complexo processo de especialização da polícia mineira na década de 1920, que tinha como um dos seus enfoques a represália da prostituição em Belo Horizonte. O autor apresenta trechos dos jornais onde prisões eram decretadas com justificativas baseadas em “práticas de atos ofensivos à moral na via pública”, “promoção de

---

<sup>9</sup> Por mais que a prostituição não seja crime no Brasil, o país possui um posicionamento considerado abolicionista frente a essa atividade laboral, o que molda a concepção que se tem da prostituição, das mulheres que a exercem e influencia as formas de intervenção, de construção de políticas públicas e teorias acadêmicas produzidas nacionalmente (BARRETO, 2015). No modelo abolicionista, a prostituta é vista como uma vítima a ser libertada e conscientizada da opressão, enquanto os demais envolvidos que recrutam, organizam e se beneficiam da exploração de seu trabalho devem ser penalizados (WIJERS, 2004), abarcando a adoção de práticas que visam à eliminação da prostituição a partir da ação sobre seu entorno, percebendo as prostitutas como vítimas do sistema. Vemos ainda que, no Brasil, todo o entorno da prostituição é criminalizado, incluindo os estabelecimentos, seus proprietários e aquelas pessoas que facilitam a execução da atividade, não sendo penalizadas as prostitutas e seus cliente (BRASIL, 1940).

<sup>10</sup> Nome que era comumente utilizado para os bordéis e cabarés.

<sup>11</sup> A Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos foi criada pelo Decreto nº 8.068, de 12 de dezembro de 1927, que aprovou o Regulamento de Serviço de Investigações, vinculando-o à recém-criada Secretaria da Segurança e Assistência Pública (PEREIRA, 2008).

<sup>12</sup> Parque Municipal Américo Renné Giannetti, localizado na área central de Belo Horizonte.

<sup>13</sup> Edgard Franzes de Lima era o Delegado de Costumes da época. Já no início de sua atuação, o delegado publicou uma portaria prescrevendo os comportamentos das mulheres envolvidas com a prostituição, a qual resultou em um crescimento substancial do número de notícias de prisões de meretrizes (PEREIRA, 2019a, 2019b).

desordens e escândalos” ou “realização de atos que transgrediam o regulamento da polícia de costumes”.

Em 1928, foi iniciado o chamado “Registro do Meretrício” pela Delegacia de Costumes, que contou com a abertura de prontuários para registro do meretrício e descrição sumária de cada “mulher pública” da cidade (PEREIRA, 2008). Esse fichamento na polícia facilitava o controle e a intimidação dessas mulheres<sup>14</sup>. É interessante notar ainda o entendimento que se tinha desses sujeitos, atribuindo a característica de “pública” a essas mulheres consideradas desviantes.

A Delegacia de Costumes publicou uma portaria que restringia e estabelecia regras de comportamento das meretrizes no espaço público de Belo Horizonte. A portaria tinha como objetivo disciplinar os corpos no espaço urbano, prescrevendo as condutas aceitas ou não, definindo limites entre o permitido e o proibido, o moral e o imoral, o público e o privado. Apesar do lançamento da portaria reprimendo a prostituição em Belo Horizonte pela Delegacia de Costumes não ter qualquer valor legal de regulamentação da atividade, Pereira (2019a, 2019b) aponta que houve um crescimento substancial do número de notícias de prisões de meretrizes, demonstrando o controle dos espaços públicos da cidade pela polícia.

[...] houve uma tentativa de reordenar o jogo do cotidiano, o jogo dos amores e prazeres, o jogo da vida. *Uma pretensão de assumir o controle das ruas, dos corpos, das emoções – ou seria do instinto animal? –; dividindo o mundo dos prazeres em duas práticas: a aceitável, desde que imperceptível, sutil, discreta, invisível; e a inadmissível, porque escandalosa, tumultuosa, abusada, obscena e licenciosa* (PEREIRA, 2008, p. 9) (*grifos nossos*)

Diversos locais começaram a sofrer com invasões da polícia para deter “desordens”, “escândalos”, “espancamentos” ou para fazer cessar a animação das pessoas “ao som de uma harmoniosa sanfona” (EM, 22/05/1928, p. 2). Festas, jantares, encontros e bailes dançantes em residências, restaurantes ou cabarés: o mundo da prostituição era o foco da vigilância, ainda que a prostituição em si não estivesse sendo praticada no local (PEREIRA, 2019a).

Dessa maneira, as práticas de prostituição passavam pelo crivo discricionário dos guardas-civis, que contavam com o amparo das prescrições da Delegacia de Costumes, sendo frequentemente aplicada a prisão correccional de meretrizes (PEREIRA, 2019a). Um jornal de época escreve sobre a prisão de “desordeiros” com a justificativa de “necessidade de recebimento de civilidade pelo grupo”:

A maioria dos indivíduos obedece as boas leis da moral. Existe porém, num estado latente, *uma força que obriga os desordeiros compreender a norma que indica a todos o bom caminho*. O guarda civil n. 509, prendeu hoje às 4,35 da tarde, os indivíduos Adão Pedro da Silva, José Debbiem e Dulcinda de Jesus, que no 3º distrito foram receber um pouco de civilidade. (EM, 30/06/1928 p. 6 *apud* PEREIRA, 2019a, p. 13) (*grifo nosso*)

A polícia de costumes estabeleceu e disseminou um padrão de policiamento pautado na moralização do espaço público e qualquer sujeito que desviasse dos parâmetros morais estabelecidos pela Delegacia de Costumes poderia ser detido correccionalmente, ficando passível de responder a processo<sup>15</sup>. Escândalos, embriaguez, afetos e carinhos considerados exagerados poderiam ser justificativas para a intervenção policial (PEREIRA, 2019a). Com base em relatórios disponíveis no Arquivo Público Mineiro, o autor afirma que o Secretário e Segurança e Assistência Pública da época pensava a ação da polícia de costumes como uma prática capaz de “produzir influência educativa”. Desse modo, percebemos então a legitimação das ações da polícia por parte do Estado.

---

<sup>14</sup> Nessa época, há poucas ou vagas notícias sobre homossexualidade ou existências masculina na prostituição. Em 1928, as estatísticas policiais registraram a prisão de 14 pederastas, sem dar maiores detalhes (ANDRADE, TEIXEIRA, 2004).

<sup>15</sup> Pereira (2019a) indica que a necessidade de responder a processo parece ter ocorrido com menor frequência.

O Delegado de Costumes chegou a propor uma mudança da localização da prostituição para uma zona mais afastada da cidade<sup>16</sup> (PEREIRA, 2008), demonstrando não só a importância de controlar a atividade, mas de sua repressão na área mais valorizada da cidade. É importante perceber que as ações higienistas adotadas, com o foco na limpeza e retirada de sujeitos não desejados do espaço público, foram também baseadas em saberes médicos, os quais associavam prostitutas, mendigos, homossexuais e travestis à propagação de doenças venéreas e socais, os quais eram percebidos como perversão (doença física), depravação (doença moral) ou comércio do corpo (doença social) (ENGEL, 1989).

A região da rua Guaicurus continuava, e segue ainda hoje, sendo ponto de prostituição, mas coube à Lagoinha e ao Bonfim o lugar de maior destaque entre as décadas de 40 e 60 (MARTINS, 1999). Nesse período, a prostituição permaneceu nas partes baixas do centro da cidade, mas estendeu-se também para esses bairros. Por se tratar de bairros vizinhos ao centro, o que se verifica é que a prostituição praticamente não muda de região, apenas desloca o seu foco.

Ao contrário do Centro, Lagoinha e Bonfim eram residenciais<sup>17</sup>. Assim, enquanto no Centro havia o fechamento do comércio pela noite e abertura dos cabarés, nesses bairros a prostituição causava muitos constrangimentos às famílias, provocando mudanças para o interior do bairro ou para outras regiões da cidade. Havia ainda as prostitutas que conseguiam seus clientes nas ruas e depois os conduziam aos hotéis da região, que alugavam quartos para esse fim (MEDEIROS, 2001). A região da Lagoinha e do Bonfim teve seu período áureo nas décadas de 40, 50 e 60. A partir de 1970, inicia-se a sua decadência, que se acentuou nos anos 80 devido às intervenções urbanísticas ocorridas no bairro. A mais radical delas foi a supressão da Praça Vaz de Melo por um entroncamento de viadutos (ANDRADE, TEIXEIRA, 2004), sendo possível perceber o impacto decorrente da implementação de projetos urbanísticos na vida e no cotidiano de prostitutas. Como na região central, ainda existem casas de prostituição na Lagoinha e Bonfim, mas sem a centralidade exercida anteriormente.

A partir da década de 1970, houve um espraiamento da prostituição e a conquista de novos espaços, alguns deles em áreas nobres da cidade, como o bairro Mangabeiras, em especial na avenida Afonso Pena e na região da Savassi, que passaram a concentrar as boates destinadas às chamadas “prostitutas de luxo” ou “garotas de programa”. Além disso, nesse período ocorreu a emergência da atividade homossexual nos espaços públicos e semipúblicos, como ruas, praças, saunas, cinemas, boates e bares destinados aos homossexuais. Já nas ruas, a prostituição feminina dividia espaço com as travestis e michês, homens que se prostituíam com uma imagem ligada à virilidade. Dessa maneira, a partir da década de 1970, a prostituição, que era uma atividade predominantemente exercida por mulheres cisgênero e confinada em “regiões morais”, começou a dar espaço também à prostituição masculina e de mulheres trans e travestis.

As travestis encontravam mais dificuldades no exercício da prostituição do que as mulheres cisgênero. Muitos “hotéis de alta rotatividade” e motéis da cidade tinham restrições ao seu acesso, por serem consideradas violentas e causadoras de problemas (GIRÃO, LIMA, 2009). Nas ruas, havia o receio de o próprio cliente ser visto ou reconhecido ao contratar um programa com uma travesti. Por isso, ao longo dos anos 70, as travestis preferiam as ruas do Centro às do Bonfim, pois alguns clientes optavam por fazer o primeiro contato num local mais anônimo, de passagem e com poucas residências. Percebemos então que, nesse período, o controle e repressão presente nesses espaços ocorria não por meio da força física, mas por uma violência simbólica (BOURDIEU, 2007).

---

<sup>16</sup> A indicação foi a Rua Diamantina, na região da Lagoinha.

<sup>17</sup> Para identificação das casas de baixo meretrício, era comum utilizar luz vermelha interna para a sua identificação (ANDRADE, TEIXEIRA, 2004).

Andrade e Teixeira (2004) destacam que, segundo entrevistas realizadas<sup>18</sup>, as travestis mais bonitas ocupavam pontos mais valorizados da região Centro-Sul, próximos à Savassi, e “as assombrosas” ficavam em pleno Centro, a apenas alguns quarteirões do “quadrilátero da zona”. Já as travestis que preferiam ficar nas proximidades do bairro Bonfim faziam “ponto” na frente de hotéis e casas de prostituição, principalmente na Rua Paquequer, ao lado de prostitutas mulheres cis, uma estratégia utilizada para não estigmatizar o local<sup>19</sup> (MEDEIROS, 2001).

Percebemos, com isso, as sucessivas repressões sofridas pelas travestis na prostituição, sendo essas ainda maiores que as enfrentadas por mulheres cis: primeiro, porque somente as que possuíam maior passabilidade<sup>20</sup> podiam ocupar as áreas mais valorizadas da cidade, por serem consideradas “visualmente mais agradáveis”, diferente das tidas como “assombrosas”, e, em segundo, pela necessidade de ter uma prostituta cis ao lado para evitar estigmas associados ao local.

Podemos perceber que, passados mais de cem anos e apesar da expansão da prostituição por Belo Horizonte, a região da Guaicurus continua sendo um importante local para a atividade. Apesar de sofrer um processo de decadência e desvalorização, a região ainda hoje é vinculada à área conhecida como “zona”. É interessante notar que, ainda que indiretamente, regiões de prostituição na cidade tiveram suas dinâmicas locais modificadas devido a alterações urbanísticas ocorridas.

## 2. Planejamento urbano, conflito e higienismo da moralidade

Por anos, a prostituição foi (e ainda vem sendo) colocada como um ponto central nos debates relacionados às questões de higienização ou busca por uma ordem nos centros urbanos das cidades, como demonstram Engel (1989), Soares (1992), Rago (2014) e Barreto (2015). Nos períodos em que o poder público e os interesses privados miram o desenvolvimento urbano, as preocupações com a higienização urbana ou a ordem pública aumentam e, conseqüentemente, uma série de normas legislativas, saberes científicos e discursos normativos são elaborados em defesa do controle ou do extermínio da prostituição (ENGEL, 1989; RAGO, 2014).

Ao tratar da prostituição masculina e feminina em Belo Horizonte, Andrade e Teixeira explicam que essas atividades se tratam de:

[...] processos sociais de ocupação territorial de duração relativamente longa, até porque o exercício da prostituição em determinados lugares da cidade não está sujeito a mudanças constantes, uma vez que demanda a ocupação e conquista de territórios e sua respectiva identificação pelos clientes (ANDRADE, TEIXEIRA, 2004, p. 138)

Em Belo Horizonte, a prostituição nas ruas é separada de acordo com os grupos que exercem a atividade: na Avenida Pedro II, se encontram quase exclusivamente as travestis; atrás do Fórum Lafayette, garotos de programa; na Praça Rio Branco (da Rodoviária), mulheres cis; na Avenida Afonso Pena, mulheres cis e travestis (BARRETO, 2015).

---

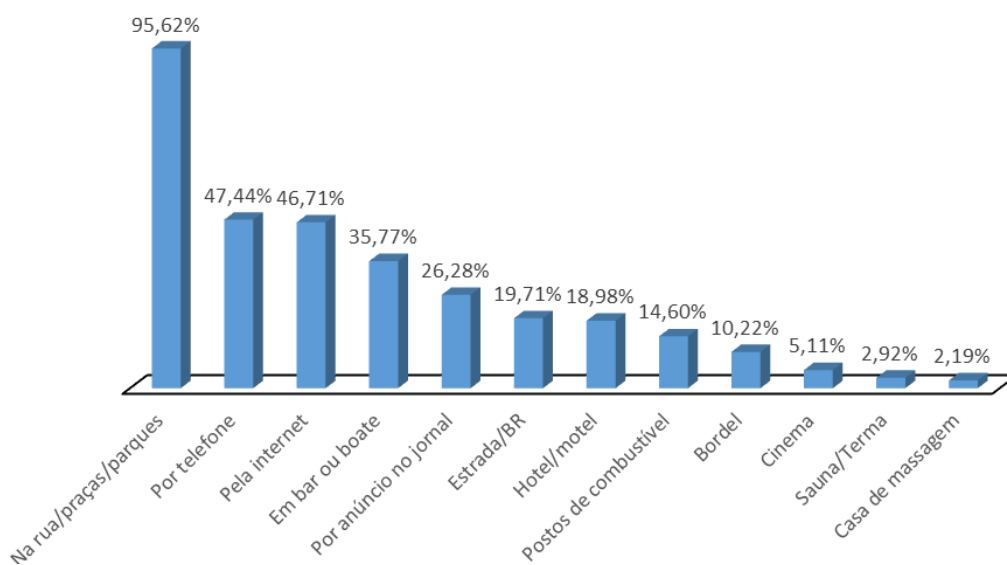
<sup>18</sup> Entrevistas efetuadas para a pesquisa “Memórias das identidades e dos espaços homoeróticos de Belo Horizonte”, realizada pelo Centro de Referência e Estudo da Homocultura de Belo Horizonte (Creh).

<sup>19</sup> Ao contrário da prostituição de mulheres cis, que ainda é uma atividade valorizada em certos círculos sociais masculinos, principalmente como afirmação de poder e masculinidade, geralmente a prostituição de travestis não possui a mesma permissividade. Isso afastava (e ainda afasta) os clientes dos locais que carregam o estigma dessa atividade ou onde poderiam ser reconhecidos. Mesmo tendo um local para morar e executar o trabalho, por vezes a travesti tinha de ir à rua em busca de clientes.

<sup>20</sup> Termo utilizado para referir-se à capacidade de um homem trans, uma mulher trans ou uma travesti “passar por” um homem ou mulher cisgênero. Ou seja, é um “medidor” do quanto a pessoa pode ser lida como cis pela sociedade. Quanto mais parecida com uma pessoa cisgênera, maior a passabilidade. Desse modo, na maior parte das vezes, a maior passabilidade está vinculada à menor chance de sofrer violências e à maior aceitação por parte da sociedade. Ressaltamos aqui, contudo, que esse termo é extremamente violento e opressor, uma vez que associa as pessoas trans à necessidade de adequação a uma normatividade cisgênera, contribuindo com a recorrente, ainda que indesejada, necessidade de adequação de sua expressão de gênero.



De acordo com os resultados do projeto “Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais na cidade de Belo Horizonte: construção de um perfil social em diálogo com a população”<sup>21</sup>, 95,62% das entrevistadas (n = 131) relatam conseguir clientes em ruas, praças e parques<sup>22</sup>. De acordo com Weitzer (2012), as prostitutas que trabalham nas ruas e na ilegalidade são mais suscetíveis à violência.



**Figura 1.** Percentual dos locais onde as trabalhadoras sexuais entrevistadas relatam conseguir clientes<sup>23</sup> (fonte: Nuh, 2022).

Cada local de prostituição possui um conjunto de regras próprias, onde, de maneira geral, o programa é negociado na própria rua em que as pessoas que se prostituem aguardam (BARRETO, 2015) ou “batem ponto”. Geralmente, o programa é executado nas redondezas, dentro de carros ou em motéis. Destacamos ainda que as prostitutas que realizam os programas nas ruas não o fazem em qualquer espaço público, mas em territórios muito bem delimitados para a prática, os chamados “pontos”. Como define Souza (1995, p. 78), o território é “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Assim, é possível notar que em cada território as prostitutas elaboram e vivenciam sua atividade por meio de um conjunto de regras e dinâmicas próprias.

A diferenciação de um ponto para outro é observada porque ele é um espaço demarcado pelo grupo que ali realiza a prostituição. Esses pontos são constituídos por regras, que se tornam fronteiras simbólicas entre um e outro. Assim, é possível

<sup>21</sup> A pesquisa foi realizada pelo Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (Nuh) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob a coordenação do Prof. Marco Aurélio Máximo Prado e equipe composta por alunos de diversos cursos de graduação, mestrado e doutorado entre os anos de 2011 e 2015. O projeto teve como foco a população de travestis e mulheres transexuais que exercem trabalhos sexuais no município de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

<sup>22</sup> Das 131 entrevistadas, 122 mencionaram em quais pontos da cidade conseguem seus clientes, os quais temos: 33,60% (41) responderam conseguir clientes na Av. Pedro II; 18,03% (22) na região da Pampulha; 11,47% (14) na Afonso Pena e na Pedro II; 8,20% (10) na Av. Santos Dumont; 4,92% (6) na Av. Afonso Pena; 4,10% (5) na Av. Santos Dumont e na Pampulha; 3,28% (4) na Via Expressa; 2,46% (3) em Contagem; 2,46% (3) na região da Pampulha e no Hotel Rubi; 1,64% (2) na Av. Pedro II e no Hotel Rubi; 0,82% (1) na Av. Afonso Pena, na Av. Pedro II e no Hotel Rubi; 0,82% (1) na Av. Afonso Pena, na Av. Pedro II e na Av. Santos Dumont; 0,82% (1) na Av. Afonso Pena e na Av. Santos Dumont; 0,82% (1) na Av. Arvoredo; 0,82% (1) na Av. Afonso Pena e região da Pampulha; 0,82% (1) na Av. Pedro II e Região da Pampulha; 0,82% (1) na região da Pampulha e no Santa Branca; 0,82% (1) na Av. Pedro II, na Av. Santos Dumont e na rua Curitiba; 0,82% (1) na Via Expressa e na Av. Arvoredo; 0,82% (1) na Via Expressa e Contagem; 0,82% (1) na Via Expressa e na Praça da Cemig; e, por fim, 0,82% (1) disse conseguir clientes em zonas e na Praça da Cemig.

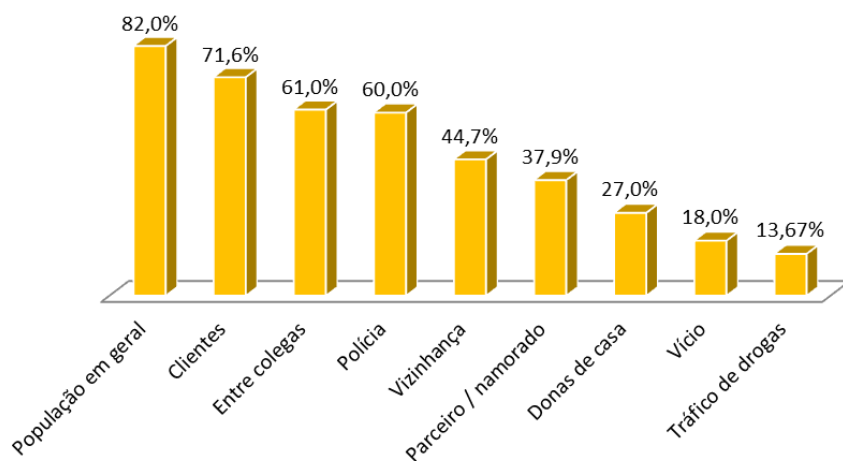
<sup>23</sup> Dados referentes a um total de 137 participantes que responderam a esta pergunta.

reconhecer os pontos tanto pela delimitação física quanto simbólica (PASINI, 2015, p. 190)<sup>24</sup>.

Santos (2011) relata que, na Avenida Afonso Pena, os clientes insatisfeitos costumam ameaçar chamar a polícia, se valendo assim do estigma social e da repressão associados à prostituição para a realização de chantagens. Ainda assim, o autor destaca que essas mulheres consideram o trabalho mais independente (uma vez que não precisam dividir seus ganhos com cafetões ou donos do local) e flexíveis, em termos de horário, valores e práticas. Percebemos então que pessoas mal-intencionadas se aproveitam do estigma relacionado à prostituição e à intensidade dos conflitos urbanos existentes como formas de coação para com esse grupo.

De acordo com entrevistas realizadas por Venturi e Bokany (2011) sobre diversidade sexual e homofobia no Brasil, ao serem questionados sobre as pessoas que menos gostam de encontrar, as prostitutas foram o quinto grupo mais citado (14%) pelos entrevistados, ficando atrás apenas de usuários de drogas (35%), gente que não acredita em Deus (26%), ex-presidiários (21%) e gays (16%), nessa ordem. Com base nesses dados, é possível perceber quais sujeitos são mais indesejáveis de serem encontrados em espaços públicos e, conseqüentemente, mais propícios a sofrerem violências.

Dentre as 141 entrevistas realizadas pelo Nuh (2022) em sua pesquisa, 96,4% (136) das mulheres trans e travestis relataram já terem sofrido algum tipo de violência, das mais diversas formas possíveis<sup>25</sup>. As entrevistadas relataram ainda uma série de violências psicológicas e sexuais sofridas, dentre as quais podemos destacar: 92,9% (131) passadas de mão, 46,8% (66) sexo forçado/estupro, 94,3% (133) xingamentos e 74,5% (105) ameaças. Dentre as mulheres transexuais e travestis entrevistadas, 82,0% (113) relataram já terem sido violentadas por parte da população em geral; 60,0% (84) por parte da polícia e 44,7% (63) por parte da vizinhança. De acordo com os dados do estudo, é possível perceber ainda um baixo índice de mulheres que tomaram alguma providência relacionada à violência sofrida, sendo que nem todas realizam denúncias via canais oficiais.



**Figura 2.** Percentual dos agentes das violências sofridas pelas entrevistadas<sup>26</sup> (fonte: Nuh, 2022).

Barreto (2015) explica que, muitas das vezes, as prostitutas sofrem com agressões ou mesmo estupros, mas a polícia se nega a agir sob o argumento de que “puta não pode ser estuprada”,

<sup>24</sup> As reflexões de Pasini (2015) foram embasadas em trabalhos da autora referentes a garotas de programa da rua Augusta, em São Paulo, entre 1998 e 1999.

<sup>25</sup> Os tipos de violência relatados ocorrem de diversas maneiras, dos quais encontramos entre os relatos: tapas; socos; chutes; puxões de cabelo; assaltos; ovadas e similares; uso de armas brancas e de fogo; cuspe; tiros de paintball e de bala de borracha; arremesso de lixo, fezes, balão de urina, pedras, lixo de açougue (osso), tijolos, garrafas, latas de cerveja e restos de comida; facada; paulada e atropelamentos.

<sup>26</sup> Dados referentes a um total de 141 participantes que responderam esta pergunta.

de modo que a maioria das denúncias sequer são devidamente investigadas. A autora destaca que “apesar de [a polícia] ser uma presença frequente no local, nem sempre a frequência se dá em benefício das prostitutas” (BARRETO, 2015, p. 77). Esses são alguns dos motivos que justificam o baixo índice de denúncia relacionado às violências sofridas.

Dentre as entrevistadas, 51,8% (73) relataram já ter tido problemas com a polícia, das quais 98,6% (72) atribuem esse problema à prostituição, 97,3% (71) à vestimenta utilizada e 30,1% (22) dizem não haver motivação para o problema<sup>27</sup>. Percebemos que, ainda hoje, há um grande índice de conflito com a polícia decorrente da prostituição ou de questões relacionadas a essa atividade.

Outros dados que impressionam sobre a questão é o fato de que, dentre as 138 entrevistadas, 44,2% (61) consideram grande ou muito grande o risco de serem vítimas de violência policial (agressão ou extorsão) em seu local de trabalho. Já com base em 140 entrevistadas, 67,8% (95) consideram o risco grande ou muito grande de serem roubadas/assaltadas ou ameaçadas de roubo/assalto em seu local de trabalho; e, dentre 139 entrevistadas, 73,3% (102) consideram o risco grande ou muito grande de serem gravemente feridas (machucadas) ou assassinadas em seus locais de trabalho. Apesar dos dados do Nuh (2022) apresentarem um recorte específico sobre mulheres trans e travestis, é possível perceber um cenário de conflito, violência e insegurança relacionado a essa parcela da população.

Concomitante a esse contexto de violência e conflitos, temos ainda questões relacionadas ao planejamento urbano de Belo Horizonte. Como mencionado anteriormente, podemos tomar como exemplo a supressão da Praça Vaz de Melo por um entroncamento de viadutos, que fez com que os bairros Lagoinha e Bonfim sofressem com uma intensa decadência das atividades relacionadas à prostituição a partir da década de 1970. Nesse caso, não é possível perceber uma intencionalidade explícita de retirada das atividades de prostituição do local, ainda que essas tenham ocorrido indiretamente.

Em outros casos, é possível perceber uma explícita intencionalidade de retirada das atividades de prostituição na região central de Belo Horizonte, como o Projeto de Lei 1450/07 que dizia:

*A proposta contida nesse Projeto tem a intenção de criar condições favoráveis ao incremento do processo de revitalização urbana, ora em curso em toda a região do hiper centro da cidade, ao proibir a localização e o funcionamento de usos tradicionalmente utilizados para a prática da prostituição na região em foco.*

*Em função do exposto pedimos o apoio de nossos pares a esta iniciativa (CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2007).*

A partir do texto da proposta legislativa, é possível perceber explicitamente a intenção de proibir a prática de prostituição na região central de Belo Horizonte, ainda que essa ali ocorra desde a inauguração da cidade.

Na região central da cidade, a partir de 2010, as obras executadas para implantação do Move, modalidade de BRT (*Bus Rapid Transit*), demandaram diversas alterações viárias. Barreto (2015) afirma que a mudança de tráfego na avenida Santos Dumont para a Guaicurus, inclusive dos pontos de ônibus, desagradou as prostitutas e clientes, por se virem muito expostos com o maior fluxo de pessoas no local. Vemos então a importância de considerar os diversos públicos que utilizam os espaços durante o processo de implementação de planos urbanísticos. Uma transformação interessante de ser notada, de acordo com Barreto (2015), é a inauguração do Hotel Rubi, o qual a autora atribui seu provável surgimento como consequência da implantação do Move na avenida Santos Dumont, que tradicionalmente era um ponto de travestis que trabalhavam na rua, que hoje tem circulação restrita a este meio de transporte.

---

<sup>27</sup> Avaliamos as porcentagens com base no número de pessoas que relataram ter problemas com a polícia.

<sup>28</sup> Outras causas de alta porcentagem são relatadas no documento, como: briga, problemas com cliente, roubo/assalto, falta de documentação, barulho e uso de drogas.

Ao discutir sobre o planejamento urbano de Belo Horizonte, Passos afirma que o espaço público passou por uma organização espacial onde houve uma busca pela construção de “uma cidade tida como perfeita, na qual a feiura e a desordem não existam, onde a cultura arquitetônica tradicional realça os papéis do homem e seu poder social, e, mais ainda, mantém reprimida a sexualidade no espaço, conservando-o limpo, estéril e organizado” (PASSOS, 2019, p. 165). O autor destaca que isso foi realizado com base no discurso de imparcialidade nas propostas executadas, sempre considerando um suposto sujeito neutro. Entretanto, ele destaca que:

[...] a suposta perspectiva neutra e universal tem gênero e idade, etnia e língua. Com isso, uma vez que o sujeito desse conhecimento não é neutro, ele contraria o referido discurso urbanístico vigente, pois o dito “sujeito neutro” é corporificado, dotado de uma série de atributos predeterminados (PASSOS, 2019, p. 157).

De maneira complementar, Souza (2003) aponta que a figura do especialista neutro e imparcial é central para preservar a primazia na tomada de decisões e elaboração de propostas, baseado no rigor tecnicista da importância do conhecimento especializado e dos profissionais qualificados.

As operações relacionadas à Copa das Confederações de 2013 e à Copa do Mundo de 2014 tiveram início antes mesmo do evento e foram realizadas pela Delegacia Especializada no Atendimento às Mulheres de Belo Horizonte. Segundo levantamento de dados realizado por Barreto (2015), houve prisão de diversas pessoas envolvidas com a prostituição, entre proprietários, prostitutas e empregados do local. Em 2013 e em 2014, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) pediu o fechamento de hotéis de prostituição localizados na área da Guaicurus. Ambas as solicitações foram negadas pelos juízes, afirmando que a prostituição não é crime. Tendo em vista que não houve, nesses estabelecimentos, comprovação de exploração sexual (atividade tipificada como crime no Brasil), o magistrado responsável informou que as demandas do MP objetivavam higienizar a região para a realização dos megaeventos (CHEREM, 2014).

Uma reportagem indica que a justiça barrou o fechamento da zona de prostituição de Belo Horizonte por considerar que as demandas do Ministério Público tinham como objetivo “maquiar uma realidade histórica da capital” em virtude da proximidade da Copa do Mundo<sup>29</sup>, outra menciona que o MP estava realizando “uma tentativa de higienizar o Hipercentro de Belo Horizonte”<sup>30</sup>. Barreto (2015) relata que a ilegalidade dos hotéis está associada a uma intolerância do poder público com a existência desses estabelecimentos frente a intervenções urbanas que ocorrem em momentos específicos, como a realização da Copa do Mundo de futebol. Fato esse que atrela um interesse político na busca pelo fechamento desses locais.

É possível perceber que o argumento para o pedido de fechamento dos estabelecimentos é baseado na prevenção do tráfico de pessoas, como mostraram as reportagens da época<sup>31</sup>. O pânico moral em relação ao tráfico de pessoas era o tema de maior interesse da mídia e justificava ações no Estado, as ações do MP descritas, operações policiais, seminários e capacitações. Apesar de todo alarde e foco em possíveis situações de exploração, durante a Copa do Mundo, não foram identificados casos de tráfico de pessoas pela polícia ou pelo Programa de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Minas Gerais (PETP-MG)<sup>32</sup> (BARRETO, 2015). Várias pesquisas realizadas ainda indicam que, além de não haver tráfico de pessoas, tampouco foram identificados relatos de abuso, violência e exploração da prostituição, para além do que configura o próprio trabalho (VASCONCELOS, 2011; VALE, 2012; CRUZ *et al.*, 2013).

<sup>29</sup> Reportagem disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/04/05/justica-barra-fechamento-de-zona-de-prostituicao-de-belo-horizonte.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

<sup>30</sup> Reportagem disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=r3ti5DoKdcQ&t=42s>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

<sup>31</sup> Reportagem disponível em: <<https://www.fojeemdia.com.br/minas/policia-reforca-vigilancia-contra-o-traffic-de-pessoas-e-de-explorac-o-sexual-na-copa-1.265187>>. Acesso em: 13 dez. 2022.

<sup>32</sup> De acordo com os resultados da Operação Copa em BH, apesar do grande efetivo de agentes de segurança, as ocorrências mais comuns foram a compra e a venda ilegal de ingressos, furto, roubo e agressão (BARRETO, 2015).

Com isso, percebemos que o discurso utilizado para retiradas das prostitutas do local por meio de fechamento da zona tinha como base o pânico moral em relação ao tráfico de pessoas, sendo esse estritamente vinculado à atividade da prostituição, ainda que isso não ocorra na prática.

As argumentações em prol dessas transformações apontavam para a melhoria da urbanização e da mobilidade urbana, porém, num contexto mais amplo, podemos relacionar essas modificações a interesses do setor privado, vinculados aos especuladores imobiliários e a órgãos e instituições internacionais que promovem megaeventos, que direcionaram a lógica urbanística adotada para o capital (FURIATI; MAYORGA, 2016). De acordo com Barreto (2015), Fernando Cabral, responsável que estava à frente dos assuntos da Subsecretaria Regional Centro-Sul, ao ser questionado sobre os planos de higienização da área, respondeu que não havia este propósito, mas que “quem for competente vai se estabelecer”. A autora explica que esses eram indícios de que a “limpeza” poderia ser uma consequência da mudança de perfil em curso.

Nesse cenário, ainda que em alguns casos não se tenha ações específicas na região dos hotéis, percebemos que o discurso baseado na melhoria da qualidade de vida com recuperação da área central por meio de obras, projetos sociais e combate às explorações e/ou tráfico de pessoas afetam diretamente ou indiretamente os territórios de prostituição da cidade. É importante notar ainda que, em diversos momentos, ocorrem batidas policiais, cassação de alvarás de funcionamento e fechamento de hotéis de prostituição, prejudicando as trabalhadoras (BARRETO, 2008) – estigmatizando e desvalorizando mais a área. Devido a esse movimento, se tornou possível e necessária a organização das prostitutas para lidarem com essas questões, ponto que discutiremos no próximo tópico.

### **3. Movimentos de resistência das prostitutas enquanto sujeitas<sup>33</sup> políticas e puta mulheres de luta**

Em Belo Horizonte, as tentativas de controle ou de eliminação da prostituição se fizeram presentes em diferentes momentos e não foram recebidas de forma passiva pelas prostitutas. Pelo contrário, serviram muitas vezes de catalisadores para a criação de movimentos associativos, criação/fortalecimento de parcerias e realização de diversos tipos de ações (GEA, 2018). É possível notar, ao longo da história da cidade, diversos processos de micro resistência por parte dessas mulheres com a finalidade de ir de encontro aos processos higienistas previstos e, por vezes, executados.

Um dos primeiros grupos organizados de prostitutas de que se tem notícia no Brasil é a Associação Beneficente Funerária e Religiosa Israelita (ABFRI), fundada em 1906, no Rio de Janeiro, por mulheres que eram vítimas de redes de exploração e tráfico de pessoas<sup>34</sup>. A ABFRI buscava preservar os ritos religiosos das associadas, garantir amparo umas às outras em caso de doença e quando da velhice, além de prestar assistência aos familiares (FRÓES, 2017). A Associação criou ainda um cemitério onde as prostitutas pudessem ser enterradas de forma digna (KUSHNIR, 1996). Kushnir (1996, p. 110) conta que “a inauguração de seu cemitério não passou despercebida na imprensa carioca, sendo noticiada na primeira página do jornal *A Noite*<sup>35</sup>, em uma matéria que reproduz as imagens da época quanto aos imigrantes/cáftens/prostitutas/judeos”.

Nos anos seguintes, Barreto (2015, p 22) afirma ser possível perceber “uma ampliação dos debates que constroem saberes sobre a prostituição, embora às próprias prostitutas ficasse relegado prioritariamente o papel de serem descritas, analisadas, interpretadas”. A autora aponta

---

<sup>33</sup> Assim como Barreto (2015) adotamos aqui o neologismo “sujeitas” para as prostitutas considerando ser uma forma adequada tanto pelo fato de serem mulheres, quanto por se encaixar em uma perspectiva de “guerrilha de linguagem”.

<sup>34</sup> A ABFRI durou até a década de 1960, quando deixou de funcionar definitivamente por falta de recursos financeiros com a diminuição do número de associadas e pela perda gradativa do seu sentido inicial de existir.

<sup>35</sup> “Uma Festa Macabra - Os exploradores do judaísmo. Os ‘wizugths’ pagam o seu tributo – O destino de Helena”. *A Noite*, RJ, 30/10/1916, p. 1. Helena Goldatrin foi a primeira pessoa a ser enterrada no cemitério.

ainda que essa perspectiva começou a sofrer drásticas alterações, no Brasil e no mundo, a partir das décadas de 1960 e 1970. Aos poucos, as prostitutas reivindicaram voz, fato que alterou a forma como se fala ou se pensa sobre a prostituição.

De acordo com a autora, nas décadas de 1960, 1970 e 1980 surgiram os movimentos de prostitutas em diversas partes do mundo, produzindo novas formas de se pensar e intervir sobre a prostituição. Ela afirma que “este processo apresentou características específicas em cada localidade, embora seja possível observar a frequência de sua origem na luta contra as violências policiais e o vínculo inicial com grupos religiosos” (BARRETO, 2015, p. 92). Esse movimento possui ainda intersecção histórica com a consolidação dos movimentos de mulheres e feministas nos EUA e a ditadura militar no Brasil (BARRETO, 2015).

Adelman *et al.* (2010) destacam a entrada das mulheres nas universidades, como alunas, professoras e pesquisadoras, como um importante acontecimento. Essa entrada foi acompanhada por indagações sobre as questões das mulheres e, mais tarde, fins dos anos 1970, as questões de gênero, provocando rupturas teóricas e epistemológicas, bem como propiciando a produção de novas subjetividades. As autoras indagavam-se ainda sobre as relações hierárquicas e desiguais existentes nas sociedades modernas, a partir de uma ideia de universalidade do patriarcado, que atingiria a todas, nas mais diversas localidades.

O movimento social das prostitutas realizou seus primeiros atos durante esse período, a partir de 1970, em um contexto majoritariamente urbano, inicialmente motivado pela luta contra a violência policial nos pontos de prostituição, denúncias contra as violações de seus direitos civis e, como afirmam Simões (2010) e Helene (2015), compreendem reivindicações pelo direito à cidade. Em Belo Horizonte, é possível perceber que a organização das prostitutas ocorria de forma esparsa, unindo-se em momentos em que era necessário e desfazendo a organização posteriormente. Para Barreto (2015, p. 154), “os movimentos de prostitutas, a partir dos anos 2000, vão conquistando cada vez mais visibilidade e autonomia para pautar diferentes debates e ações que dizem respeito à prostituição”.

Um importante marco desse movimento foi a ampla participação das prostitutas em audiências públicas, em 2003, contra o fechamento dos hotéis da região central de Belo Horizonte. Como consequência, teve origem uma primeira tentativa de organização por parte dos donos de hotéis, chamada de “Grupo Eva”. Posteriormente, o movimento fragmentou-se, originando outros: a Associação de Profissionais do Sexo de Belo Horizonte (ASP-BH) e a Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig) (BARRETO, 2015).

A Aprosmig foi criada em 2009 e tem como uma de suas principais bandeiras o reconhecimento da prostituição enquanto um trabalho, desconstruindo a estigmatização e lutando por direitos trabalhistas, sendo integrante da Rede Brasileira de Prostitutas (RBP), um dos principais movimentos nacionais organizados de prostitutas, que também se pauta por esses princípios.

Desde 2011, a Aprosmig começou a debater sobre a Copa das Confederações e a Copa do Mundo que aconteceriam em 2013 e 2014, respectivamente. O debate iniciou após o início da construção do Golden Tulip, um hotel de cinco estrelas na Avenida dos Andradas, próximo à zona. Com medo da valorização da região e de que começassem novas ameaças e ações visando o fechamento dos hotéis de prostituição, Cida Vieira, presidente da Associação, disse que elas procuravam a Prefeitura de Belo Horizonte e o Ministério Público, mas não obtinham informações seguras sobre o que aconteceria com a região e com as trabalhadoras sexuais (DIP, 2012).

Cida Vieira destacava ter medo do que poderia acontecer a partir da construção do Hotel, uma vez que a área sofreria uma valorização, aumentando o valor dos imóveis e ameaçando os comércios locais, moradores e os hotéis da zona. Ela destacava ainda a maior vulnerabilidade das prostitutas, por não terem a profissão regulamentada, não contando, portanto, com qualquer tipo de garantia (DIP, 2012). É importante ressaltar que processos higienistas derivados de

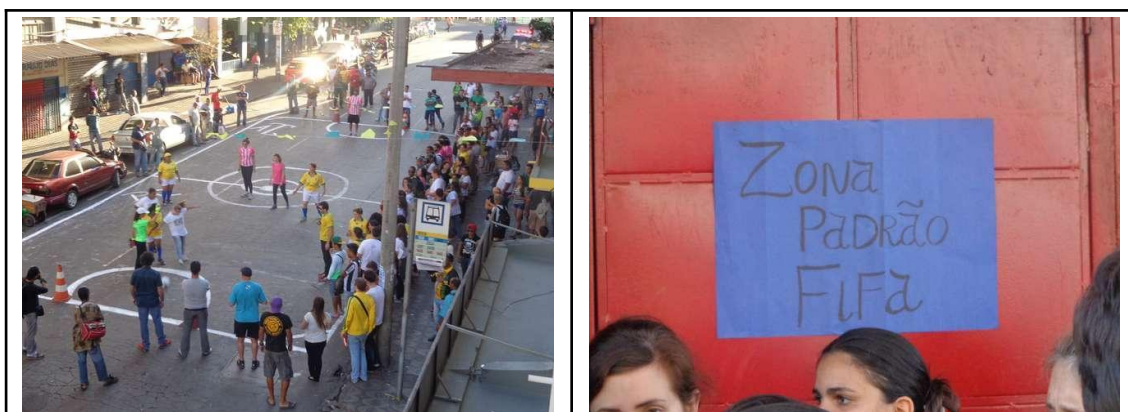
valorização de áreas urbanas já foram amplamente estudados e discutidos por vários trabalhos acadêmicos. Como exemplo, destacamos aqui remoções de comunidades mais pobres e de vendedores ambulantes das ruas da cidade (GUIMARÃES, 1991, 1992; JESUS, 2011; LIMA, 2011; CALDAS, 2013; SILVA, 2018; SILVA, PEREIRA, 2020; TRIGUEIRO, 2018; RODRIGUES, 2020; PASSOS, 2021a, 2021b).

A respeito das intervenções, Cida dizia: “Vão querer nos varrer, né? Nos esconder dos gringos. É assim que sempre fazem” (DIP, 2012, n/p). Temendo o chamado “falso moralismo”, ela tem receio que ocorresse o fechamento dos hotéis e a retirada das cerca de 4.500 mulheres que faziam programa na Rua dos Guaicurus e ao longo da Avenida Afonso Pena (DIP, 2012).

Como não possuía abertura institucional para ter informações e participação dos projetos urbanos previstos na região para a realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo<sup>36</sup>, a Associação começou a realizar mobilizações para dar visibilidade às suas demandas e criar formas de aproveitar, ao máximo, o possível aumento de clientes que a Copa poderia trazer. Barreto (2015, p. 207) conta que, durante o período de realização da Copa do Mundo, as prostitutas da Associação se divertiam com a atenção dada pela mídia dizendo “se todo mundo só fala de Copa e se preocupa com a Copa, nós agora também vamos falar da Copa”.

Um das primeiras mobilizações foi a realização do “Miss Prostituta” de 2012 a 2014, em parceria com o Uai Shopping (shopping popular localizado no Centro de Belo Horizonte) durante os festivais que visavam o combate do preconceito de vários grupos sociais. Em entrevista, Cida Vieira relatou: “Queremos reclamar, com esse desfile, de tudo que a prostituta passa no dia a dia: tortura psicológica, violência. Queremos pisar na passarela como se estivéssemos pisando no preconceito. Não queremos mais ser invisíveis” (RUBENS, 2012).

Outra mobilização foi a criação de cursos de idiomas gratuitos para as prostitutas em 2013, com turmas de inglês, espanhol, francês e italiano. Os cursos seriam realizados também em parceria com o Uai Shopping, que cederia o espaço, e com professores voluntários que ensinariam o essencial para comunicação, voltado para um “vocabulário técnico”, para exercerem o trabalho (PRÊTA, 2013). Em 2014, organizaram uma “pelada” chamada de “Zona Padrão Fifa” (jogos de futebol com prostitutas, parceiras e estudantes universitárias) na rua Guaicurus, atraindo um pequeno público. Foi uma forma diferente de manifestar em busca de melhores condições de trabalho e reconhecimento da profissão (LACERDA, 2014; BARRETO, 2015).



**Figura 3.** Ocupação da rua para a realização da pelada “Zona Padrão Fifa” (fonte: Madureira, 2014<sup>37</sup>).

<sup>36</sup> A Associação chegou a questionar a Prefeitura de Belo Horizonte sobre os projetos previstos e as políticas que estavam sendo pensado para as prostitutas, mas não houve resposta. Também foi feita uma proposta de audiência pública no Ministério Público Federal, junto a outros movimentos de excluídos da Copa, o qual não temos informações sobre o retorno do órgão (DIP, 2012).

<sup>37</sup> Disponível em: <<https://www.terra.com.br/esportes/futebol/copa-2014/prostitutas-protestam-com-pelada-em-belo-horizonte,306b254f17c96410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

Barreto (2015, p. 207) destaca que “além das operações policiais, foram feitas diversas ações no Estado, incluindo seminários e capacitações, e houve um grande interesse da mídia pelo tráfico de pessoas na Copa”. Ainda em virtude da Copa, o tráfico de pessoas foi eleito como tema para a Campanha da Fraternidade, com o lema “É para a liberdade que Cristo nos libertou”, tendo como objetivo potencializar a identificação e denúncia de casos, bem como a criação de políticas públicas (BARRETO, 2015).

Anualmente, no dia 2 de junho<sup>38</sup>, é comemorado o Puta Day<sup>39</sup> pelas prostitutas de Belo Horizonte. Nesta data, são realizados atos de mobilização pelas prostitutas buscando a garantia de direitos. O evento é comumente marcado por passeatas, bazar, apresentações, campanhas informativas sobre IST (infecções sexualmente transmissíveis) e intervenções no espaço público. É importante notarmos a possibilidade de ocupação dos espaços públicos da cidade proporcionada às prostitutas por meio destes movimentos de resistência, aproveitando esse espaço para transmitirem mensagens que, muitas das vezes, sequer são ouvidas pela população em geral.



**Figura 4.** Exemplos de atos com ocupação dos espaços públicos no Puta Day (fonte: Mídia Ninja, 2014<sup>40</sup>; Hilário, 2022<sup>41</sup>).

Entendendo o corpo enquanto resistência e instância política, somos capazes de compreender e analisar melhor essas estratégias nas quais as prostitutas usam seus corpos e a ocupação da cidade como ferramentas resistências. Murray (2016) nomeia essa forma inovadora e corporificada de fazer política das prostitutas brasileiras de *puta politics* (política de puta), onde as ações possuem, majoritariamente, uma complexidade orquestrada, cheia de movimento, caos intencional e que possuem três características fundamentais:

Utilizar humor e o prazer para desafiar o que é percebido como não apropriado e/ou imoral, incluindo o uso dos próprios corpos como campos de resistência; romper hierarquias e focar na importância de estruturas se adaptarem à cultura da prostituição, ao invés do contrário; e, em terceiro, sustentar certos sistemas enquanto destrói outros, borrando e criando limites ao mesmo tempo. A ambiguidade, flexibilidade e imprevisibilidade estratégica são suas maiores forças (MURRAY, 2016, p. 12).

Ou seja, as ocupações, performances, desfiles e outros atos que fazem as prostitutas se apropriarem do espaço público com o intuito de propor e (re)construir novas experiências urbanas. Para desestabilizar a aparente ordem estabelecida no espaço público ou evidenciar as contradições já evidentes, o uso do corpo é prioritário e é utilizado também como estratégia em outros espaços, como nos espaços privados e nos institucionais.

<sup>38</sup> Dia Internacional das Prostitutas.

<sup>39</sup> Também denominado “Puta Dei”.

<sup>40</sup> Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/midianinja/14151016098/in/album-72157644997480875/>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

<sup>41</sup>

Disponível

em:

<<https://mg.cut.org.br/noticias/ato-do-dia-internacional-das-prostitutas-toma-a-rua-guaicurus-6cd1#:~:text=A%20Associa%C3%A7%C3%A3o%20das%20Prostitutas%20de,no%20Centro%20de%20Belo%20Horizonte>>. Acesso em: 15 dez. 2022.



Frente à ameaça de fechar os hotéis de prostituição e de mudanças higienistas no planejamento urbano, os movimentos de resistência das prostitutas inventaram formas de luta na utilização do espaço urbano da zona para criar visibilidade a suas demandas. Além disso, a Aprosmig começou a participar de editais de financiamento do Fundo Brasil de Direitos Humanos, em 2013, com o projeto “Prostitutas são cidadãs”, em que realizaram ações políticas e culturais visando o acesso à cidade e o enfrentamento às violações dos direitos das prostitutas no contexto da Copa do Mundo em Belo Horizonte, e, em 2015, com o projeto “Prostituta, Direitos e Migração” para realizar estratégias de prevenção ao fenômeno do tráfico de pessoas em Minas Gerais (BARRETO, 2015).

#### **4. Reflexões sobre a temática**

Percebemos que, desde o início do século XX, diferentes propostas foram instituídas com o propósito de proibir a proibição da prostituição na região central de Belo Horizonte, desde a vigilância dos espaços onde ocorriam essa prática, a partir de ações de policiamento, até sua remoção para locais mais afastados. Por meio das medidas instituídas, é possível perceber um conflito perpassado por um exposto autoritarismo e repressão, por meio de políticas sustentadas por um discurso baseado na moralidade.

Ao longo dos anos, é possível perceber a tentativa de construção de uma ordem pública na cidade de Belo Horizonte. As ações policiais frente às prostitutas na capital mineira, executadas pela Delegacia de Costumes, tinham como diretriz a instituição de um projeto pedagógico para essas mulheres, ação que vemos, por vezes, ser executada ainda hoje. A situação de conflito no espaço urbano resultava em prisões correccionais e detenção das mulheres para averiguação e, até mesmo, abertura de investigação. Pereira (2008, p. 8) explica que as propostas da época não estavam baseadas no “fim da prostituição em si, mas a educação dos corpos supostamente desgarrados do corpo social, a instituição de um projeto educacional, no sentido mais amplo”.

Vimos também que a prostituição era tratada como uma patologia social, onde sua retirada seria vista como um processo de “limpeza” dos espaços, uma vez que sua saída retiraria consigo possíveis doenças. Alguns autores explicam ainda que, ao longo do tempo, o fenômeno da prostituição recebeu diferentes explicações que tentavam compreender os motivos que mobilizavam a mulher a tal prática, relacionados ao trabalho, ao prazer e à patologia (GUIMARÃES, 2007; CORRÊA, HOLANDA, 2012).

Percebemos então que o estigma, o preconceito e a invisibilidade das prostitutas em nossa sociedade é efeito de perspectivas de poder que lançam mão de discursos, dispositivos e saberes para desqualificar essa experiência. Mas, ainda que setores da sociedade se incomodem ou queiram abolir a prostituição, na Guaicurus as prostitutas se apropriam, inventam e reinventam esse território, fazendo parte da cidade e resistindo a prescrições, estigmatizações e violências diversas (BARRETO; MAYORGA, 2017).

Nos espaços da cidade em disputa, as prostitutas são as primeiras a serem expulsas quando se inicia a maior parte das intervenções urbanas (LEITE, 2006). Contudo, mesmo com as intervenções, ações policiais e falta de espaço para uma participação do planejamento urbano da área, as integrantes da Aprosmig conseguiram, com a sua resistência e criatividade, permanecer na zona e divulgar suas bandeiras.

As estratégias envolvem ações como performances artísticas, festivais, concurso de Miss prostitutas e “peladas” para promover a ocupação política da cidade e de visibilização dos seus trabalhos, com ajuda das redes sociais e da imprensa, buscando promover um outro olhar sobre o tema da prostituição para além do pânico moral do tráfico de pessoas e da exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres – crimes que a Aprosmig visa também combater. Além disso, a divulgação serve para atrair a atenção, tornar visível, valorizar o trabalho sexual e conseguir estabelecer mais parcerias.

Com isso, vemos surgir movimentos de resistência e de ocupação dos espaços públicos da cidade pelas prostitutas, de modo a tentar resistir aos possíveis processos de higienização e gentrificação dos seus locais de trabalho. Apesar da utilização de relações de poder como tentativa de retirada das prostitutas dos espaços de Belo Horizonte, como na época da Copa, essas sujeitas disputam por modos de existir e de viver no espaço urbano.

## 5. Referências

ADELMAN, Miriam; GROSSI, Miriam Pillar; GUIVANT, Júlia. A teoria feminista e as perspectivas de gênero na teoria social contemporânea: contribuições e debates. In: GROSSI, Miriam Pillar; LAGO, Mara Coelho de Souza; NUERNBERG, Adriano Henrique (Org.). **Estudos in(ter)disciplinados: gênero, feminismo, sexualidade**. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 21-40, 2010.

ANDRADE, Luciana Teixeira de. **Ordem pública e desviantes sociais em Belo Horizonte (1897-1930)**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciência Política, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1987.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; TEIXEIRA, Alexandre Eustáquio. A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte. **Cadernos Metrôpole**, n. 11. Semestral. p. 137-157, 2004.

BARRETO, Letícia Cardoso. **Prostituição, gênero e sexualidade: hierarquias sociais e enfrentamentos no contexto de Belo Horizonte**. 2008. Dissertação (Mestrado) – Curso de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BARRETO, Letícia Cardoso. **Somos sujeitas políticas de nossa própria história: prostituição e feminismos em Belo Horizonte**. 2015. Tese (Doutorado) – Curso Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

BARRETO, Letícia Cardoso; MAYORGA, Cláudia. Territórios da prostituição: o caso da Guaicurus em Belo Horizonte/MG. In: Ramos, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; ALKMIN, Gabriela Campos (Orgs.). **Gênero, Sexualidades e Direitos Humanos: perspectivas multidisciplinares**. Belo Horizonte: Initia Via, p. 268-284, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. **Promulga o Código Penal**. 1890.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código Penal**. 1940.

CALDAS, Sielen Barreto. **Direito ao trabalho na rua**. Tese (Doutorado) – Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Projeto de lei 1450/07 - **Cria a Área de Diretrizes Especiais – ADE – das ruas Guaicurus e São Paulo**, Belo Horizonte, 04 de julho de 2007. 2007.

CHEREM, Carlos Eduardo. Justiça barra fechamento de zona de prostituição de Belo Horizonte. **UOL**, Belo Horizonte, 05 abr. 2014. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/04/05/justica-barra-fechamento-de-zona-de-prostituicao-de-belo-horizonte.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CORRÊA, William Henrique; HOLANDA, Adriano Furtado. Prostituição e sentido de vida: relações de significado. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 17, n. 3, p. 427-435, set/dez. 2012.

CRUZ, Luana *et al.* Polícia desmonta esquema de prostituição que oferecia “cardápio de mulheres” em Minas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 6 set. 2013. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/09/06/interna\\_gerais,446165/policia-desmonta-e](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2013/09/06/interna_gerais,446165/policia-desmonta-e)

squema-de-prostituicao-que-oferecia-cardapio-de-mulheres-em-minas.shtml>. Acesso em: 15 dez. 2022.

DINIZ, Mônica. **Olhares sobre a cidade**: termos do bem viver, vadiagem e polícia nas ruas de São Paulo (1870-1890). Dissertação (Mestrado) – Curso de História Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

DIP, Andrea. As prostitutas de BH perguntam: e a gente, como fica?. **Agência Pública**, 18 set. 2012. Disponível em: <<https://apublica.org/2012/09/gente-como-fica/>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 9. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Tradução de Raquel Ramalheite.

FRÓES, Anelise. Da escravidão ao protagonismo – Trajetórias de mulheres judias de escravas brancas às sociedades femininas de ajuda mútua no Rio de Janeiro e Buenos Aires no início do século XX. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13 Women's Worlds Congress**. (Anais eletrônicos), Florianópolis, p. 1-11, 2017.

FURIATI, Lucas; MAYORGA, Claudia. Sem lugar: a experiência de remoção de mulheres faveladas. **Revista Polis e Psique**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 45-69, jul. 2016.

GEA, Karina Dias; MOREIRA, Lisandra Espíndula; BARRETO, Letícia Cardoso; “Putas não tem protocolo!”: reflexões sobre resistências das prostitutas de Belo Horizonte às intervenções urbanas. In: **Revista PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 160-185, mai/ago. 2018.

GIRÃO, Adriana Freire; LIMA, Fábila Pereira. **Nem azul, nem rosa**: uma leitura de marketing na prostituição travesti. In: Ram 2009 - Reunión de Antropología del Mercosur (RAM), 8, 2009, Buenos Aires. VIII Reunión de Antropología del Mercosur - Diversidad y Poder en América Latina, 2009.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, barracos e barracões**: Belo Horizonte, cidade planejada. 1991. 128f. Tese (Doutorado) – Curso de Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

GUIMARÃES, Berenice Martins. Favelas de Belo Horizonte – tendências e desafios. In: **Encontro Annual da ANPOCS**, 16, Caxambu, out. 1992. 16p.

GUIMARÃES, Roberto Mendes. **Prostituição: patologia, trabalho e prazer?** O discurso de mulheres prostitutas. Dissertação (Mestrado) – Curso de Psicologia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2007.

HELENE, Diana. **“Preta, pobre e puta”**: a segregação urbana da prostituição em Campinas Jardim Itatinga. Tese (Doutorado) – Curso de Planejamento Urbano e Regional, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

JESUS, Cláudio Roberto de. **A Geografia urbana do camelô belo-horizontino**. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

KUSHNIR, Beatriz. **Baile de Máscaras**: mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1996.

LACERDA, Vinícius. Prostitutas jogam “pelada” na Guaicurus por registro da profissão. **O Tempo**, Belo Horizonte, 14 jun. 2014. Disponível em:

<<https://www.otempo.com.br/cidades/prostitutas-jogam-pelada-na-guaicurus-por-registro-da-profissao-1.864979>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

LEITE, Gabriela. Entrevista com Gabriela Leite. **Democracia Viva**, p. 42-57, 2006.

LIMA, Livia de Souza. **Nas teias do ilegalismo**: o Shopping Popular Oiapoque. Dissertação (Mestrado) – Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MACEDO, Carolina; VIEIRA, Maria Aparecida; KALIL, Pedro (org.). **Guaicurus**: a voz das putas. Aproxmig: Belo Horizonte, 2018.

MARTINS, Eduardo. **Os pobres e os termos de bem viver**: novas formas de controle social no Império do Brasil. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.

MARTINS, Fábio. **Senhores ouvintes, no ar... a cidade e o rádio**. Belo Horizonte, Ed. C/Arte, 1999.

MEDEIROS, Regina. “O Bonfim da prostituição: a presença ambivalente do outro”. In: MEDEIROS, Regina (org.). **Permanências e mudanças em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, PUC Minas/Autêntica, 2001.

MENDONÇA, Carolina Silva Cunha de. **Marias sem glória**: retratos da prostituição feminina na salvador das primeiras décadas republicanas. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

MURRAY, Laura Rebecca. Uma reflexão histórica, teórica e etnográfica sobre o ativismo de prostitutas no Brasil. In: 30 ABA: Políticas da Antropologia: Ética, Diversidade e Conflitos, 30, 2016, João Pessoa. **Anais...**, João Pessoa: UFPB, p. 1-14, 2016.

NAVA, Pedro. **Beira-mar**. São Paulo: Ateliê Editorial: Giordano, 2003.

NUH. **Projeto Trans**: travestilidades e transexualidades. Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT. 2022. Disponível em: <[http://www.nuhufmg.com.br/gde\\_ufmg/index.php/projeto-trans](http://www.nuhufmg.com.br/gde_ufmg/index.php/projeto-trans)>. Acesso em> 26 jun. 2022.

O ESTADO DE MINAS. Na polícia e nas ruas - Moral a pulso. **O Estado de Minas**. Belo Horizonte (BH), 25 out. 1928, p. 6.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro, 1967. Tradução: Sérgio Magalhães Santeiro.

PASINI, Elisiane. Limites simbólicos corporais na prostituição feminina. **Cadernos Pagu**, [s. l.], n. 14, 2015, p. 181-200.

PASSOS, Rogério Lucas Gonçalves. A fragilidade do discurso da neutralidade no planejamento da cidade: perspectiva de gênero e o espaço urbano. **Revista Indisciplinar**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 154–177, 2019.

PASSOS, Rogério Lucas Gonçalves. Cidade planejada (para a elite branca). In: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: atualização crítica, 16, 2021, Salvador, BA. **Anais Eixo Temático 1**: Historiografia e Pensamento Urbanístico. Salvador: 2021b, v. 1, p. 548-567.

PASSOS, Rogério Lucas Gonçalves. **Os mapas e as normas**: da cartografia da exclusão às outras possibilidades do cartografar – o caso da Vila Acaba Mundo. 2021. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021a.

PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. **“No intuito de reproduzir influência educativa”**: educação moral, polícia de costumes e prostituição feminina em Belo Horizonte (década de 1920 e 1930). Belo Horizonte: Letramento, 2019b.

PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. **O que fazer, o que falar, o que vestir e por onde andar?**: notas de pesquisa sobre a tentativa de regulamentação da prostituição na Belo Horizonte da década de 1920. Seminário Nacional Poderes e Sociabilidades na História, 1, UFPE – Recife, p. 1-16, nov. 2008.

PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. Prostituição e polícia: mulheres e homens na mira do policiamento moral em Belo Horizonte, MG, Brasil (c. 1920/1930). In: **Revista História (São Paulo)**, São Paulo, v. 38, p. 1-24, 2019a.

PRÊTA, Lucas Catta. Aulas de idiomas para prostitutas e travesties começam em Belo Horizonte. **G1**, Belo Horizonte, 04 mar. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/03/aulas-de-idiomas-para-prostitutas-e-travestis-comecam-em-belo-horizonte.html>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista – Brasil 1890-1930. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

RODRIGUES, Danielle Amorim. **Modulações da produção do espaço na segregação racial**: mecanismos espaciais que estruturam e reproduzem elementos das práticas racistas e da negritude no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

RUBENS, Ney. Concurso elege “Miss Prostituta” em Belo Horizonte. **Terra**, 30 set. 2012. Disponível em: <<https://jornaldanova.com.br/noticia/13234/concurso-elege-miss-prostituta-em-belo-horizonte>>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SANTOS, Gilmar Bueno dos. **O estilo interativo das profissionais do sexo de Belo Horizonte**: um estudo sobre estratégias linguísticas. Tese (Doutorado) – Curso de Linguística do Texto e do Discurso, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SANTOS, Raquel Khouri dos; SONTAG, Ricardo. Contra os “armazéns do gozo vendido a retalho”: uma história da criminalização das casas de prostituição no Brasil (1890-1915). In: BRETÓN, Jorge Alberto Trujillo; FESSLER, Daniel (coord). **El rescate de la memoria**: historias de transgression, marginación y justicia en América Latina, siglos XIX y XX. 1. ed. Universidad de Guadalajara, p. 393-430, 2021.

SCHORSKE, Carl E. **A cidade segundo o pensamento europeu**: de Voltaire a Spengler. Espaço e Debates, ano IX, n. 27. p. 47-57, 1989. Tradução: Hélio Alan Saltorelli.

SILVA, Lizandra Mara. **Propriedade, negritude e moradia na produção social da segregação racial da cidade**: cenário de Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

SILVA, Lizandra Mara; PEREIRA, Josemeire Alves. O estigma do invasor na produção do espaço urbano: o caso de Belo Horizonte. In: LIBÂNIO, Clarice; ALVES, Josemeira (org.). **Periferias em rede**: experiências e perspectivas. Belo Horizonte: Prosa e Poesia no Morro, 2018. p. 29-50.

SIMÕES, Soraya. **Vila Mimosa**: etnografia da cidade cenográfica da prostituição carioca. Niterói: EdUFF, 2010.

SOARES, Luiz Carlos. **Rameiras, ilhoas, polacas...** A prostituição no Rio de Janeiro no século XIX. São Paulo: Ática, 1992.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de *et al.* (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

TRIGUEIRO, Karla. **Uma abordagem territorial dos megaeventos esportivos em Belo Horizonte/MG** – análise e interpretação do processo de desterritorialização dos antigos barraqueiros do Mineirão. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

VALE, João Henrique do. Casa de prostituição é fechada e três pessoas são presas em BH. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 15 dez. 2012. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/12/15/interna\\_gerais,337192/casa-de-prostituicao-e-fechada-e-tres-pessoas-sao-presas-em-bh.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/12/15/interna_gerais,337192/casa-de-prostituicao-e-fechada-e-tres-pessoas-sao-presas-em-bh.shtml)>. Acesso em: 19 jun. 2022.

VASCONCELOS, Ricardo. Polícia faz operação em prostíbulo de Belo Horizonte. **Super Notícia**, Belo Horizonte, 30 ago. 2011. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/policia-faz-operacao-em-prostibulo-de-belo-horizonte-1.449141>>. Acesso em: 19 jun. 2022.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). **Diversidade sexual e homophobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

WEITZER, Ronald. **Legalizing prostitution**: From illicit vice to lawfull business. New York and London: New York University Press, 2012.

WIJERS, Marjan. Delincuente, víctima, mal social o mujer trabajadora: perspectivas legales sobre la prostitución. In: OSBORNE, Raquel (Org.). **Trabajadoras del sexo**: derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2004. p. 209-221.